

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

23/03/2008

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) revela que 1.889 pessoas, entre gestores públicos e servidores, foram condenadas em 2007. Entre os problemas estão desvios, falhas administrativas e desconhecimento da legislação. Os responsáveis terão de pagar R\$ 518 milhões pelas irregularidades. Segundo o tribunal, o rombo poderia ter sido maior, se não fossem adotadas medidas cautelares. No total, foram 116. A reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** mostra, ainda, que o principal alvo do TCU são prefeitos, acusados de malversação do dinheiro público. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em ano de eleições, o número de punições aumenta.

Corte no Judiciário

Devido às pressões do governo para reduzir os gastos da administração pública e compensar a perda de arrecadação com o fim da CPMF, o Judiciário vai perder R\$ 647 milhões do orçamento de 2008. O corte vai afetar, sobretudo, a construção da nova sede do Tribunal Superior Eleitoral, orçada em R\$ 335 milhões. Neste ano, o tribunal só poderá gastar metade dos R\$ 80 milhões previstos. A informação é do jornal **O Globo**.

Judiciário dependente

Em entrevista concedida ao **Estadão**, o advogado chinês, especialista em Direitos Humanos, Li Fangping, conta que em seu país o Judiciário não é independente. O advogado defende o ativista político Hu Jia, que criticou o governo em duas publicações estrangeiras. “A Constituição diz que os cidadãos chineses têm liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, o Artigo 105 da Lei Criminal diz que os cidadãos não podem publicar declarações que firam a segurança do país. Há um conflito entre a Constituição e a Lei Criminal”, explica Li sobre a acusação de seu cliente. Apesar de admitir que o discurso de Hu é agressivo, o advogado nega que ele tenha incitado a subversão.

Segundo Li, desde que assumiu o caso até janeiro deste ano, ele e outro advogado eram vigiados 24h por dia e tinham de pedir permissão para os policiais quando saíam. Além disso, ele revela que a corte e os promotores estão “do mesmo lado” e só teve 20 minutos para defender seu cliente. Apesar das dificuldades, o advogado acredita que mais chineses estão conhecendo a lei e que, com a aproximação das Olimpíadas, o governo chinês terá cautela ao reprimir as manifestações.

Cartões corporativos

Reportagem da revista **Veja** desta semana afirma a existência de novo dossiê para intimidar a oposição. Os documentos revelariam os gastos com as contas tipo B, sistema que antecedeu os cartões corporativos, nos últimos cinco anos do governo FHC. De acordo com a revista, o dossiê



revela gastos considerados sigilosos pelo governo Lula, ou seja, as despesas do ex-presidente Fernando Henrique, de sua mulher Ruth Cardoso e de assessores. Funcionários da Casa Civil seriam os responsáveis pelo levantamento dos dados.

Repasse em ano eleitoral

O presidente Luis Inácio Lula da Silva já listou, por decreto, quase 1.800 ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apesar de a legislação eleitoral vetar o repasse de recursos federais para obras nos três meses que antecedem as eleições. De acordo com reportagem da **Folha**, os recursos para as obras do PAC serão liberados na reta final das eleições. O PSDB e o DEM já entraram com ações no Supremo Tribunal Federal, contestando as medidas governistas.

O ministro Ayres Britto, futuro presidente do Tribunal Superior Eleitoral, afirma que o desequilíbrio nas eleições terá de ser analisado caso a caso, a partir de 5 de julho. Para o ministro, o tema é delicado e a pergunta a se fazer é se, em ano eleitoral, o país tem de parar com as obras. A outra questão é saber se há desigualdade entre os candidatos e de que modo as obras influenciam os eleitores.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2008-mar-23/noticias_justica_direito_jornais-93/